

SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE VITÓRIA: UMA EXPERIÊNCIA EM CONSTRUÇÃO

Caroline Falco Reis Fernandes
Prefeitura Municipal de Vitória
cacaufalco@yahoo.com.br

Girlene Gobete
Prefeitura Municipal de Vitória
ggobete@gmail.com

Núbia Faria Spinassé
Prefeitura Municipal de Vitória
nubiafaria@uol.com.br

Resumo: Este relato tem por objetivo apresentar o Sistema de Avaliação da Educação Pública Municipal de Vitória (SAEMV), suas questões teórico-metodológicas e as ações desenvolvidas a partir dele. O SAEMV tem como pressuposto a concepção de que a avaliação é um processo contínuo e implica no acompanhamento dialogado das unidades de ensino e na elaboração de políticas educacionais pelo órgão central. O seu desenvolvimento, com base em seu pressuposto, mostra que é possível realizar uma avaliação quanti-qualitativa, com um caráter único para cada unidade de ensino, nas suas mais diversas especificidades e necessidades, cujo diagnóstico é subsídio para o seu planejamento pedagógico.

Palavras-chave: avaliação; planejamento, gestão democrática.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo relatar as experiências vivenciadas na rede municipal de ensino de Vitória em relação à criação e constituição de um Sistema de Avaliação da Educação Pública Municipal.

A necessidade de criar um sistema de avaliação específico para as unidades de ensino do município de Vitória surgiu a partir da compreensão de que a gestão educacional municipal deve ter como eixo central o planejamento fundamentado em uma sistemática avaliativa abrangente, cuja concepção formativa busca provocar os diferentes sujeitos da educação a uma conjugação de ações que vão desde a análise e debate dos dados da unidade de ensino até a formulação/reformulação de planejamento com foco na resolução de problemas diagnosticados ou no reforço de práticas pedagógicas evidenciadas por todos como definidoras da aprendizagem de alunos e alunas. Ou seja, partiu-se do pressuposto que avaliar é mais abrangente do que medir algum resultado e, portanto, implica numa análise tanto quantitativa quanto qualitativa dos processos e resultados educacionais pelo coletivo escolar.

Este “Relato de Experiência” está organizado de modo a apresentar, num primeiro momento, no que consiste o Sistema de Avaliação da Educação Pública desenvolvido no município de Vitória, ou seja, quais são seus pressupostos, objetivos, perspectivas e metodologia de desenvolvimento.

Seqüencialmente, as ações de desenvolvimento do Sistema, seus processos de criação, discussão, debates e legitimação da proposta apresentada, serão apresentados, considerando que, a aprovação do Projeto de Lei do Sistema de Avaliação só foi possível mediante a vivência desses processos, o que culminou na aprovação da Lei nº 8.051 de 22 de dezembro de 2010, que institui o Sistema de Avaliação da Educação Pública Municipal de Vitória.

No corpo do Relato serão apresentadas duas ações desenvolvidas pelo Sistema, detalhadamente, de modo a indicar os objetivos de cada uma dessas ações, bem como os resultados percebidos, indicados e relatados em cada uma delas, pelos relatórios de desenvolvimento e posicionamento dos sujeitos participantes.

Por fim, este Relato de Experiência apresentará algumas conclusões, até o momento possíveis de serem realizadas, sobre esse Sistema de Avaliação e o desenvolvimento de suas ações, considerando tanto a perspectiva da Secretaria Municipal de Educação quanto a das Unidades municipais de Ensino Fundamental de Vitória-ES.

O SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE VITÓRIA

O Sistema de Avaliação da Educação Pública Municipal de Vitória (SAEMV) tem como finalidade a compreensão das complexidades inerentes à realidade educacional, a fim de identificar quais procedimentos de intervenção pedagógica e administrativa precisam acontecer na Rede Municipal de Educação e/ou nas Unidades de Ensino para que todos os alunos e alunas tenham uma educação de qualidade.

Por conseguinte, o SAEMV permite o acompanhamento de modo mais preciso dos resultados da gestão da educação no Município, monitorando constantemente os investimentos, os processos de gestão pedagógica e administrativa e os focos de intervenção necessários, com vistas a garantir a prestação pública da qualidade da educação ao munícipe de Vitória. Compreende-se aqui a gestão de um modo amplo, considerando seus diferentes aspectos, desde a sala de aula, a Unidade de Ensino, o Órgão Central, bem como pelos Conselhos diretamente ligados à educação no Município de Vitória, como o Conselho Municipal de Educação de Vitória (COMEV).

Distanciando-se da proposição de avaliações externas às escolas, cujo uso geralmente culmina em comparações e hierarquizações numa perspectiva meritocrática, o SAEMV encarna uma concepção de avaliação formativa a ser construída com os diferentes sujeitos da educação, a fim de que eles possam compreender os processos pedagógicos em que estão inseridos, potencializar experiências positivas e/ou redirecionar ou ressignificar ações e percursos.

O SAEMV se constitui como um espaço de auto-avaliação, onde a rede municipal de ensino reflete sobre seus processos, envolvendo seus diferentes sujeitos, considerando os múltiplos espaços efetivos de gestão.

Embora o órgão central da Secretaria Municipal de Educação (SEME) seja o indutor deste processo avaliativo, os protagonistas efetivos desta avaliação devem ser o coletivo dos atores sociais da educação, o que pressupõe a legitimidade técnica e política da avaliação. Mais

do que um levantamento de dados sobre as escolas, é preciso que tais dados sejam reconhecidos como pertencendo à mesma, já que “avaliar é pensar sobre um dado com vistas ao futuro” (FREITAS et al, 2009, p. 48).

Essa compreensão de avaliação educacional perpassa o conjunto de seus objetivos que por sua vez orientam as múltiplas ações do SAEMV. Dentre esse conjunto, alguns objetivos seguem discriminados:

- Viabilizar estudos e pesquisas sobre a educação, visando um **processo contínuo** coleta de dados, análise, sistematização teórica, registro e circulação de saberes sobre o campo educacional;
- Elaborar análises **quantitativas** e **qualitativas** da educação da Rede Municipal de Vitória, gerando dados para a **compreensão** e **acompanhamento** da sua realidade educacional;
- Identificar e analisar **fatores intervenientes** que influenciam o processo de ensino-aprendizagem e de gestão, tais como, condições sociais, condições de ensino, participação dos pais na vida escolar, relações comunidade e escola, paradigmas/práticas de gestão, práticas docentes, dentre outras;
- Subsidiar a **formulação, reformulação e monitoramento** das políticas públicas educacionais do município de Vitória;
- Contribuir com a **transparência e publicização**, resguardando cada unidade, das informações sobre as políticas de educação do município de Vitória, no momento em que, durante todo o ano letivo, privilegia o diálogo e debate entre os atores do sistema.

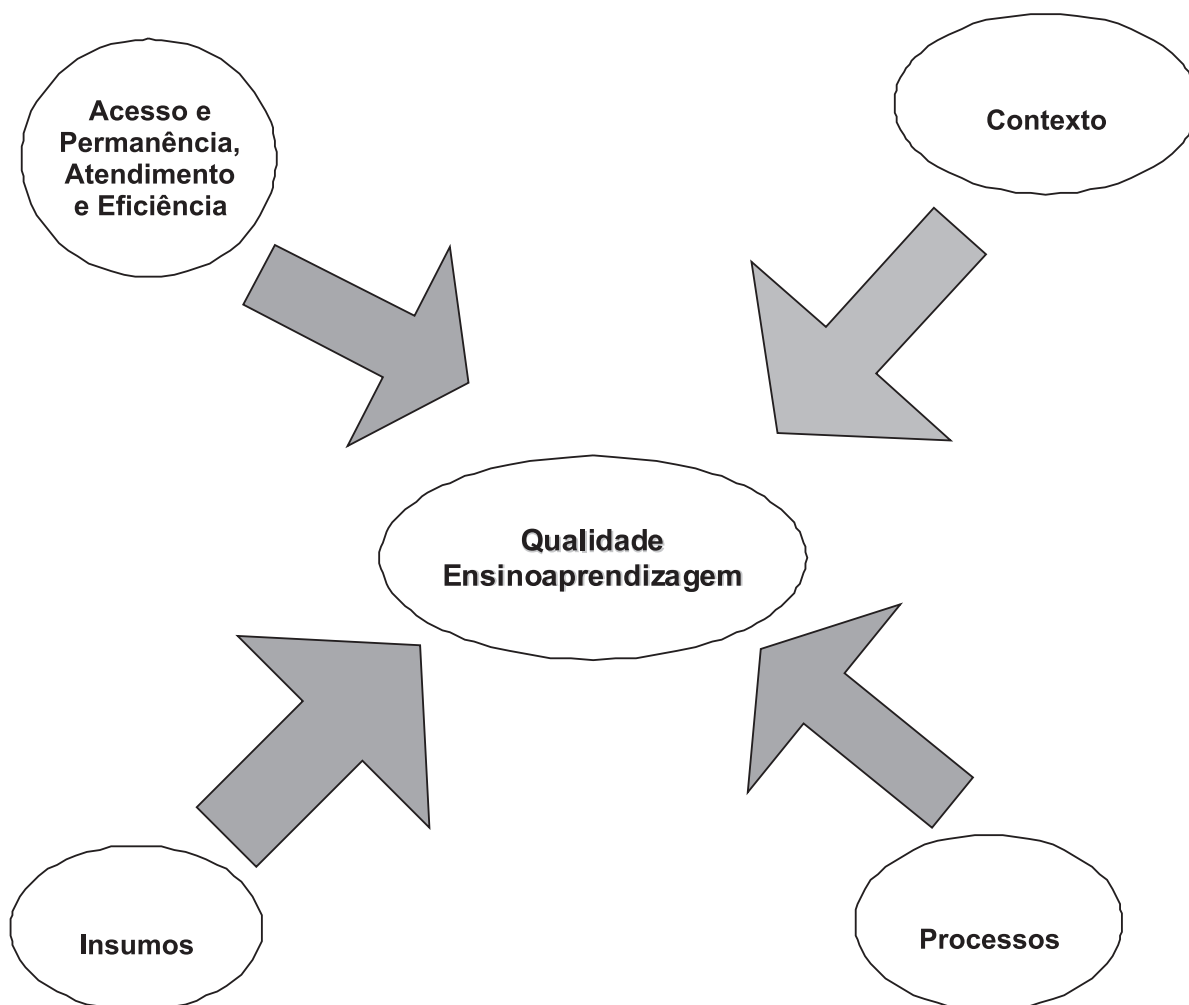
Os objetivos foram elaborados ancorados pelos princípios orientadores do SAEMV, dentre os quais, destacam-se:

- A democracia como norteadora dos processos de ensinoaprendizagem, de gestão e de avaliação para o desenvolvimento, apreensão e reflexão sobre os saberes científicos, artísticos, tecnológicos, sociais, culturais e históricos, com vistas à qualidade social da educação;
- O predomínio dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos processos sobre o produto;
- A articulação entre a avaliação formativa e os indicadores de qualidade;
- O foco nos impactos das desigualdades sociais e regionais, nos contextos culturais, na formação e na qualificação de professores, em suas condições de trabalho; nas condições de infra-estrutura e equipamentos das Unidades de Ensino, nos projetos político-pedagógicos, nas práticas pedagógicas e no rendimento escolar dos alunos;

- A articulação entre o planejamento, a gestão, a pesquisa e a avaliação de políticas que garantam o atendimento educacional no Município de Vitória promotora de uma justiça social que possibilite a todos o acesso a uma educação de qualidade socialmente referenciada.

Portanto, de acordo com seus objetivos e princípios, o SAEMV não se trata de um processo de mensuração do rendimento escolar dos alunos, mas de uma análise conjugada de diferentes fatores intra e extra-escolares.

Devido a isso, ele pressupõe a existência de uma multiplicidade de variáveis que estão envolvidas no processo educativo, que direta ou indiretamente, o influenciam. Tais variáveis foram agrupadas em quatro dimensões, sendo os focos do Sistema os processos educacionais do município de Vitória, em seus diferentes territórios, níveis e modalidades das duas primeiras etapas da Educação Básica, sem, contudo, ignorar as dimensões que o perpassam e implicam na qualidade educacional, conforme representado no diagrama abaixo:



Fonte: Projeto do SAEMV. Secretaria Municipal de Educação. Assessoria Técnica de Estatística e Planejamento. SEME/ATP.

Na dimensão de acesso e permanência focaremos, em especial, o rendimento dos alunos (aprovação, reprovação, evasão), número de vagas, número de unidades de ensino, demanda por vaga, condições de acesso, entre outros dados. Por insumos entende-se o conjunto de recursos humanos, materiais, financeiros, pedagógicos, administrativo, com implicações diretas sobre as condições de trabalho, bem como acesso e permanência, com qualidade a ser socialmente referenciada.

Em relação aos processos pedagógicos e de gestão, considera-se os processos de ensino - aprendizagem e de gestão, incluindo clima e cultura organizacional. Além destes aspectos intra-escolares incorporar-se-á a dimensão contexto sócio-econômico e cultural, por entender que a mesma estabelece uma interface com a unidade de ensino, com desdobramentos diretos sobre a qualidade.

Portanto, as quatro dimensões consideradas na criação e desenvolvimento do Sistema de Avaliação tem como foco a quinta dimensão que é a da qualidade educacional socialmente referenciada. A qualidade educacional socialmente referenciada é aquela construída com base nos posicionamentos e necessidades tanto governamentais, quanto dos sujeitos que participam, direta ou indiretamente, dos processos educacionais, formais ou informais de educação, do município de Vitória.

Nesse sentido, uma das tarefas que se impôs ao SAEMV foi uma pesquisa sobre o(s) conceito(s) de qualidade assumido(s) na Rede Municipal de Ensino acerca da(s) concepção(ões) de qualidade que permeiam os diferentes documentos e pronunciamentos oficiais da Secretaria Municipal de Educação de Vitória, bem como as concepções dos demais sujeitos da comunidade escolar¹.

O quadro a seguir fornece uma síntese dos dados possíveis de serem identificados e confrontados no diagnóstico da educação do Município de Vitória.

Dimensão	Dado a ser identificado
Acesso e Permanência	- Defasagem idade-série; - Reprovação / aprovação; - Evasão; - Procedência dos alunos - N° de alunos por sala
	Qualidade do Atendimento / Eficiência
Insumos	Recursos Humanos
	Recursos materiais (prédio, recursos didáticos e pedagógicos)

Processos	Pedagógicos (planejamento, avaliação, formação...)
	Gestão (Conselho de Escola, representação dos segmentos, processos decisórios...)
Contexto socioeconômico	Equipamentos sociais do território; Aspectos Socioeconômicos (renda, grau de escolaridade, etnia, entre outros...) Aspectos Socioeconômicos e culturais

Quadro 1: Dimensões consideradas no SAEMV.

Fonte: Projeto do SAEMV. Secretaria Municipal de Educação. Assessoria Técnica de Estatística e Planejamento. SEME/ATP.

Entendemos que a avaliação educacional deve constituir uma prática permanente voltada para a coleta, sistematização, interpretação/análise e divulgação de dados relativos ao processo de ensino e aprendizagem, bem como de gestão, subsidiando tanto a elaboração de políticas educacionais, quanto o controle social da Educação de Vitória.

O SAEMV requer um processo contínuo, que demanda não apenas um cronograma extenso e contínuo de análise (sujeito a redirecionamentos permanentes), assim como um compartilhar constante com as comunidades escolares, tanto em termos de produção da avaliação quanto de possibilidade de acesso, discussão e proposição sobre os resultados, viabilizando a transparência e o controle social.

Tanto as escolas da 1ª etapa da Educação Básica, as escolas da Educação Infantil, quanto do da 2ª etapa, as de Ensino Fundamental, integram o Sistema de Avaliação da Educação Pública Municipal de Vitória. O atendimento na EI é realizado em 46 escolas denominadas Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI). Já o atendimento ao EF é realizado em 52 escolas, denominadas Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF).

Entretanto, como cada etapa tem suas especificidades pedagógicas e geracionais, as propostas e ações desenvolvidas, até o momento, são referentes ao Ensino Fundamental, tendo em vista que já há avaliações sendo desenvolvidas, pelo Governo Federal, nessa etapa, como a realização da Prova Brasil, a divulgação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e as políticas de financiamento, como o Plano de Desenvolvimento da Educação – Escola (PDE Escola).

A proposta para o ano de 2011 é a criação e desenvolvimento das ações de avaliação das unidades da Educação Infantil, considerando o seu público, as suas diretrizes e necessidades específicas, distintas, muitas vezes, das escolas de Ensino Fundamental. Para isso estão sendo realizados estudos e leituras de documentos referentes a esta etapa da educação.

AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DO SAEMV

O processo de elaboração e implementação do SAEMV contou com a participação da comunidade escolar e de órgãos do governo municipal, buscando desde sua gênese provocar os sujeitos para uma concepção de avaliação emanada de um processo coletivo e reflexivo de análise e compreensão da complexidade educacional do sistema educacional de Vitória conforme já especificado.

Nesse sentido, descaremos sinteticamente neste texto algumas ações que marcaram o processo de desenvolvimento do SAEMV e que possibilitaram o debate sobre a concepção de avaliação proposta, bem como dos procedimentos metodológicos de levantamento de dados para posterior análise e intervenções. Intervenções essas que envolvem a articulação entre o planejamento, a gestão, a pesquisa e a avaliação de políticas que garantam o atendimento educacional no Município de Vitória, promotora de uma justiça social que possibilite a todos o acesso a uma educação de qualidade socialmente referenciada.

- 1. Discussão entre os profissionais da educação que atuam na Secretaria de Educação de Vitória:** A elaboração de um sistema de avaliação foi inicialmente proposta pela atual secretária de educação (gestão iniciada em 2009), a uma profissional, mestre em educação, que atua no âmbito central da Secretaria de Educação de Vitória, cujo campo de estudos é a avaliação de sistemas. A partir das primeiras elaborações desta profissional, que ancoram a concepção de avaliação e a proposta político-metodológica do SAEMV, este foi apresentado e debatido com os demais profissionais em processos de reuniões internas no sentido do trabalho colaborativo e sistêmico.
- 2. Apresentação e discussão no Conselho Municipal de Educação de Vitória – COMEV:** a proposta do SAEMV foi encaminhada ao COMEV para discussão em plenária, composta por representantes de 11 segmentos² da sociedade civil e do governo municipal, no sentido de legitimar a concepção e a implementação do mesmo no município de Vitória.
- 3. Apresentação e discussão com o Fórum de Diretores:** os gestores das unidades de ensino da rede municipal pública de ensino de Vitória constituíram um Fórum Permanente, denominado Fórum de Diretores, para deliberações pertinentes às suas funções. A apresentação da proposta do SAEMV neste espaço de discussão objetivou envolver os gestores desde a elaboração do sistema de avaliação, bem como de dinamizar e coordenar a discussão com os demais segmentos da comunidade escolar.

4. Audiência Pública na Câmara Municipal de Vitória: mais um espaço de debate referente à proposta em foco. Contou com a participação do Presidente da Comissão de Educação da Câmara Municipal de Vereadores de Vitória, presidente e representantes do Conselho Municipal de Educação (COMEV); diretoria colegiada e representantes do Sindicato dos(das) Trabalhadores(as) em Educação Pública do Espírito Santo (SINDIUPES) e representantes da Secretaria de Educação de Vitória. As sugestões foram debatidas, deliberadas e as alterações aprovadas pelos presentes foram posteriormente incorporadas ao texto final para aprovação da Lei nº 8.051 de 22 de dezembro de 2010, que institui o Sistema de Avaliação da Educação Pública Municipal de Vitória.

Importante destacar que, paralelo ao processo de debate coletivo da proposta, o texto do Projeto de Lei (a ser posteriormente enviado a Câmara de Vereadores) foi encaminhado para a Procuradoria Geral do Município (PGM) para avaliação legal e jurídica.

Consideramos que esse processo coletivo de discussão foi legitimador da proposta de avaliação e de implantação legal do SAEMV.

O SAEMV EM AÇÃO

No decorrer da tramitação do Projeto de Lei do SAEMV, ações já começaram a ser desenvolvidas pelo órgão central, a Secretaria Municipal de Educação. Dentre essas ações, destacam-se duas.

A primeira delas, desenvolvida em março de 2010 e no decorrer dos meses de agosto e setembro, recaiu sobre os **PROCESSOS DE FORMAÇÃO** dos profissionais da educação sobre avaliação e dados sistematizados da rede municipal de educação de Vitória, visando à articulação entre a avaliação formativa e os indicadores de qualidade, um dos princípios desse Sistema de Avaliação.

Num primeiro momento, ainda no início do ano, foi realizado um Encontro com os gestores escolares e professores das escolas municipais de Ensino Fundamental, sobre os dados gerais das escolas do município. Dados de número de matrículas, população em idade escolar, bem como índices de aprovação, reprovação e evasão escolar foram apresentados, numa tentativa de iniciar o exercício de análise do contexto e das gestões, tanto escolares, quanto do sistema municipal, a partir da leitura que os dados produzidos no decorrer do ano, pelas escolas, proporcionam.

A experiência desse primeiro apresentou-se conflituosa, tendo em vista que a reação principal dos gestores e professores foi a de repelir qualquer análise qualitativa a partir dos dados quantitativos apresentados. Participar, pela primeira vez, de uma formação do órgão central que mostra que o número de reprovações dos alunos das séries finais é altíssimo, em comparação com o próprio índice nacional, é um tanto quanto desconfortável pois, a primeira vista, parece uma simples cobrança do governo.

A quebra da lógica de cobrança, aos poucos precisou ser trabalhada, tendo em vista

a resistência dos profissionais da área em compreender a perspectiva do Sistema de Avaliação que estava sendo criado. Assim, ações concomitantes aconteceram, dentre elas a insistência em novas formações, oficinas e debates sobre a temática.

As formações seguintes ocorreram nos meses de agosto e setembro, e foram denominadas, **“UMA LEITURA PEDAGÓGICA DO IDEB E DA PROVINHA BRASIL DAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA”**. Ela objetivou o aprofundamento sobre o tema Avaliação em Larga Escala, como Prova Brasil e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), visando à compreensão e análise da composição das notas de cada uma das escolas de ensino fundamental municipal e os processos pedagógicos e administrativos que antecederam esses resultados.

Para isso, essa Formação foi organizada de modo a apresentar dos dados gerais da educação do município, do Ideb, seus propósitos e variáveis e dos dados das escolas referentes aos anos de 2005/2007/2009, além de levantar aspectos da gestão relevantes no contexto apresentado. Desse modo, o projeto dessa formação articulou-se em quatro vertentes, sendo realizado em quatro etapas distintas. A primeira foi referente ao debate e esclarecimentos sobre o Ideb no interior da própria Secretaria de Educação. A segunda disse respeito aos diretores escolares e pedagogos. A terceira foi referente à formação dos professores escolares e bibliotecários escolares. A quarta e última vertente foi relativa à formação e esclarecimento sobre o Ideb com os pais e familiares dos alunos do Sistema Municipal de Educação de Vitória.

A primeira delas não ocorreu devido à impossibilidade de agendamento de um Comitê Gestor Ampliado para este fim. É por meio dele que essas reuniões são possíveis, pois todos os servidores da Secretaria dele participam.

A segunda foi organizada de modo a atender cinco grupos de gestores e pedagogos, das 52 escolas municipais de ensino fundamental. A terceira vertente ocorreu em doze encontros, dois para os bibliotecários escolares, e os outros dez encontros para os professores de todas as áreas, sem exceção, de 5ª a 8ª série.

As oficinas ocorreram em grupos pequenos, para que o nível de análise e discussão pudesse ser mais qualificado. Foram vários dias de formação e em cada um desses grupos a oficina seguiu um curso diferente, pois cada grupo mostrou interesses distintos na abordagem do assunto. Um grupo mostrou interesse extremo na compreensão dos dados da Prova Brasil, da escala de proficiência e das matrizes de referência, ou seja, nas questões pedagógicas dessa avaliação. Outro grupo levou a discussão para as questões políticas do indicador, seu contexto de criação, propósitos, numa tentativa de negação do indicador e da Prova Brasil. Já outro grupo, refletiu os dados da escola, tentando compreender o que os dados apresentados possibilitam apreender. A proposta da oficina foi a dos integrantes preencherem uma tabela de fácil visualização, a partir da leitura explicada da planilha advinda do Inep com os resultados de todas as escolas. Para isso, mostrou-se primeiro os dados do Brasil e do município de Vitória, conforme os dois quadros abaixo.

BRASIL – Total	Anos Finais							
	Anos	IDEB	INDICADOR DE RENDIMENTO (APROVAÇÃO)	PROVA BRASIL (MATEMÁTICA) /NÍVEL		PROVA BRASIL (PORTUGUÊS) /NÍVEL		NOTA MÉDIA PADRONIZADA
	2005	3,5	0,77	239,52	5	231,82	5	4,52
	2007	3,8	0,80	247,39	5	234,64	5	4,7
2009	4	0,82	248,72	5	243,99	5	4,88	

Quadro 2 – Resultados Brasileiro dos Anos Finais do Ideb e Prova Brasil.

Fonte: Resultados do Ideb. MEC/INEP. (INEP, 2009). Organizado pela SEME/ATP.

Sistema Municipal de Educação de Vitória	Anos Finais							
	Anos	IDEB	INDICADOR DE RENDIMENTO (APROVAÇÃO)	PROVA BRASIL (MATEMÁTICA) /NÍVEL		PROVA BRASIL (PORTUGUÊS) /NÍVEL		NOTA MÉDIA PADRONIZADA
	2005	3,5	0,77	243,3	5	226,6	5	4,5
	2007	3,6	0,76	247,26	5	233,65	5	4,68
2009	3,8	0,77	250,18	6	246,43	5	4,94	

Quadro 3 – Resultados do município de Vitória dos Anos Finais do Ideb e Prova Brasil.

Fonte: Resultados do Ideb. MEC/INEP. (INEP, 2009). Organizado pela SEME/ATP.

Esses quadros possibilitam visualizar de modo mais rápido as variáveis do Ideb. Ele é um indicador que integra duas variáveis: desempenho na Prova Brasil e fluxo escolar e se propõe a medir a qualidade da educação, considerando fluxo escolar (rendimento) e desempenho acadêmico, atribuindo uma nota que vai de 0 a 10 às escolas, municípios, estados e federação. Foi criado em 2007 e nesse mesmo ano foram divulgados os dados de 2005. Os dados de 2007 foram divulgados em 2008. A partir do seu resultado do ano de 2005 foram projetadas metas referentes ao ano de 2007 e os subsequentes, de modo bianual, até o ano de 2021. (FERNANDES, 2007)

Aproximadamente 500 pessoas participaram das formações e, dentre elas, nenhuma soube indicar as razões que levaram a escola, na qual atuam, a receber uma determinada nota. Ou seja, o que significa ter uma nota 5 cinco em 2005 e uma nota 2, em 2007, por exemplo. Um dos motivos é que a mídia divulga esses resultados finais sem considerar a composição deles. O outro é que o INEP divulga os resultados e as notas das variáveis analisadas, pontualmente, numa planilha, para quem não estuda o assunto, de difícil compreensão.

Desse modo, a colocação dos dados nesses quadros possibilitou aos integrantes das oficinas a aprenderem a ler a planilha e a organizá-la, de modo a facilitar a sua compreensão para o restante da comunidade escolar. A nota final do índice é dada pela multiplicação entre

Indicador de Rendimento e a Nota Média Padronizada. Esta, por sua vez é dada pelo cálculo realizado sobre as notas da Prova Brasil, de matemática e de língua portuguesa.

Os dados de uma escola foram analisados em conjunto, aleatoriamente, de acordo com a autorização do representante da escola. Uma das escolas analisadas foi a “Camburi”, cujos dados são os apresentados no quadro a seguir.

SÉRIES FINAIS							
ANOS	IDEB	INDICADOR DE RENDIMENTO (APROVAÇÃO)	PROVA BRASIL (MATEMÁTICA/ESCALA)		PROVA BRASIL (PORTUGUÊS/Escala)		NOTA MÉDIA PADRONIZADA
2005	4,1	0,78	270,76	6	245,6	5	5,27
2007	3,6	0,7	262,52	6	244,53	5	5,12
2009	5,1	0,84	284,16	7	283,31	7	6,12

Quadro 4 – Resultados da Escola de Ensino Fundamental³ “Camburi” dos Anos Finais do Ideb e Prova Brasil.
Fonte: Resultados do Ideb. MEC/INEP. (INEP, 2009). Organizado pela SEME/ATP.

Observa-se que a nota da escola teve uma queda em 2007 em relação ao ano de 2005 e que, em 2009, sua nota ultrapassa a do primeiro ano analisado. Percebe-se que o indicador de rendimento dela aumentou, bem como a nota da prova de matemática e de língua portuguesa, inclusive havendo uma mudança de nível, nas escalas de proficiência da Prova Brasil. Quando perguntado, em diversas formações se esse conjunto de dados é reflexo dos processos vivenciados pela escola, a resposta positiva foi unanimidade e, a partir daí, a análise da do contexto e processos vivenciados na escola, pelos seus integrantes, começou a ser realizado.

Cada pessoa analisou os dados referentes a escola na qual atua, tivessem os dados sido positivos ou negativos. Os sujeitos passaram, então, a entender aquela primeira formação realizada, no início de ano, cuja proposta era a de análise e planejamento e não uma análise punitiva ou ameaçadora.

Outra ação desenvolvida pelo SAEMV foi a “**ORGANIZAÇÃO DA PROPOSTA CURRICULAR DAS UNIDADES DE ENSINO**”, em conjunto com a Gerência de Ensino Fundamental, a qual organizou o processo de ida às Unidades de Ensino (UEs).

Essa ação englobou diversos setores da Secretaria de Educação, demandando grandes esforços e atuação conjunta das várias áreas educacionais, já que a proposta para a discussão curricular inverteu a lógica até então desenvolvida da escola, na figura do seu gestor, comparecer à Secretaria para definir a organização curricular de toda uma escola. Na inversão proposta, a Secretaria, representada pela Assessoria Técnica de Planejamento, Gerência de Ensino Fundamental, Biblioteca Escolar, Escola Aberta, Gerência de Gestão Democrática, Educação em Tempo Integral, Educação de Jovens e Adultos, dentre outras áreas, esteve presente em cada uma das 52 Unidades de Ensino Fundamental para apresentar dados anteriormente coletados e sistematizados da própria escola.

O intuito da ida às escolas foi o de dialogar com os dados entregues pelas próprias escolas e sistematizados pelos setores, a fim de que a escola, em seu conjunto, com a presença do Conselho de Escola, pudesse visualizar os dados que ela mesma produz e refletir, em conjunto com a Secretaria de Educação, os processos pedagógicos e estruturais vivenciados.

Os dados apresentados, debatidos e entregues às escolas foram sistematizados de várias formas, tiveram fontes diferenciadas e discorreram sobre vários pontos. As fontes foram as sínteses escolares anuais, as caracterizações escolares, o quadro de carga horária de cada professor e escola e os arquivos da Educação de Jovens e Adultos (existentes em 19 escolas). Em relação aos dados, foram sistematizados os seguintes: o de Defasagem Idade-Série; Fluxo Escolar (aprovação, reprovação e evasão); Índice de Reprovação por Disciplina; Número de alunos por sala; Organização da Carga Horária de trabalho docente; alunos com necessidades educacionais especiais (especificadas); dados do IDEB e da Prova Brasil; dados do PDE escola e do Programa Mais Educação. Outros dados, numa outra perspectiva de identificação das características sociais dos alunos também foram sistematizados, tais quais: Procedência dos alunos, sexo e raça/cor.

Cada escola estabeleceu relações diferenciadas com os dados apresentados. Alguns dados que possibilitaram reflexões a algumas, não foram vistos da mesma forma por outras. No caso do dado de cor, por exemplo, a pedagoga de uma dada escola ficou surpreendida ao ver que apenas dez por cento da escola se declarava como sendo da cor negra e parda, enquanto visivelmente se verificava que quase o total de alunos eram negros e pardos. Na reflexão do coletivo dessa escola esse dado possibilitou a escola rever o seu Plano de Ação a fim de abordar significativamente essas questões pertencentes a um currículo não prescrito, mas que impactam diretamente na formação humana e social desses alunos.

Para outra escola, cujo discurso dos pais da comunidade era de que havia um alto índice de reprovação de 5ª a 8ª série devido ao fato das turmas estarem superlotadas, o seguinte quadro foi apresentado:

CAPACIDADE	SÉRIE / ANO / TURMA															
	6º ANO / 5ª SÉRIE				7º ANO / 6ª SÉRIE					8º ANO / 7ª SÉRIE				9º ANO / 8ª SÉRIE		
	A	B	C	D	A	B	C	D	E	A	B	C	D	A	B	C
Capacidade por Área	34	34	34	34	34	34	34	34	34	34	34	34	34	34	34	34
Parâmetro Legal (2010)	34	34	34	34	34	34	34	34	34	34	34	34	34	34	34	34
ALUNOS MATRICULADOS	37	33	35	30	33	30	20	23	19	32	27	21	22	20	24	22

Quadro 2: Número de alunos por sala da Escola de Ensino Fundamental “Ana Rita”

Fonte: Caracterizações Escolares. Secretaria Municipal de Educação. Assessoria Técnica de Estatística e Planejamento. SEME/ATP.

O Quadro apresentado mostra três informações distintas e interligadas. A primeira mostra a capacidade da sala de aula em receber os alunos. No caso dessa escola, as áreas das salas são padronizadas, cabendo, portanto, até 34 alunos em cada uma delas. O Parâmetro Legal mostra que, para as séries do Ensino Fundamental, no ano de 2010, era permitido o máximo de 34 alunos. E o terceiro dado mostra o quantitativo de alunos matriculados.

Portanto, por esse quadro, foi possível desmitificar o discurso das salas superlotadas, o qual justificava o índice de mais de 50% de reprovação dessa escola. Somente uma turma (5ª série A) apresentou uma situação com mais alunos do que o previsto. Algumas possuem dezenove, vinte alunos em sala de aula (6ª série E, C e 8ª série A), um número pequeno cuja justificativa de reprovação em massa não procede – o que fez com que a escola e conselho de escola começassem a pensar nos aspectos pedagógicos e de gestão dessa instituição.

No caso de algumas escolas, as reflexões ficaram restritas, já que o gestor não reuniu o Conselho de Escola, como foi proposto desde o início, pois a organização desse momento foi feita solicitando ao gestor que este combinasse o melhor dia e horário para a ida das equipes da Secretaria com os membros do Conselho de Escola e demais profissionais. Isso, devido ao fato de que a participação de um maior número de pessoas da comunidade escolar possibilita, de fato, uma maior compreensão dos processos de negociação vivenciados entre escola e órgão central e uma tomada de decisões coletivas, além das múltiplas possibilidades de intervenção. Foram agendadas 52 reuniões, realizadas nos meses de setembro e de outubro, tendo o gestor, portanto, diversas opções em relação à data do Encontro.

Os relatos dos gestores e membros do Conselho de Escola sobre a ação desenvolvida foi no sentido de valorizar tal ação, tendo em vista que os sujeitos puderam avaliar e compreender a escola para além dos jargões utilizados (turmas superlotadas, carga horária exaustiva, etc.). Outro fator levantado foi o fato da “Secretaria sair do seu lugar e vir conhecer a escola”, como relatou uma gestora.

A perspectiva é a da realização dessa Organização Curricular nos anos posteriores já que a aceitação e o retorno foram positivos tanto por parte dos membros da escola quanto por parte dos representantes da Secretaria de Educação.

CONCLUSÕES

Essa experiência tem se apresentado como um desafio por diversos motivos. Um deles diz respeito à própria efetivação do Sistema de Avaliação. Como ele exige um acompanhamento e ações permanentes, além da necessidade do contato e debate com diversos sujeitos da Escola, realizá-lo demanda tempo e esforço analítico, já que possui um caráter qualitativo.

Outra questão é de fazer com que os demais sujeitos da prática educacional compreendam esse caráter substancial de qualidade imbricado nessa perspectiva de avaliação, já que o SAEMV rejeita a utilização de critérios punitivos ou premiativos a partir de dados de

resultados finais, como resultados exclusivos da Prova Brasil e do Ideb. O caráter dos dados propostos é diagnóstico, analítico, reflexivo e propositivo. Ou seja, a idéia é a de refletir as possibilidades de análises que esses resultados permitem à realidade da unidade escolar e do próprio sistema de ensino. A perspectiva é que os dados possam ser pressupostos para repensar as possibilidades educativas e sociais dos processos, dos mais simples aos mais complexos.

Logo, os dados estatísticos e os resultados serão utilizados como integrantes da análise das unidades e sistema e não como resultados finalísticos. Desse modo, ele não se refere à realização de avaliações externas das Unidades de Ensino, para gerar comparações e hierarquizações, contrárias a uma perspectiva democrática. Mais do que um levantamento de dados sobre as escolas, espera-se que estes dados sejam reconhecidos como pertencendo às mesmas.

Além de desafiante pelos motivos acima apresentados, essa experiência também e, principalmente, mostra que atuar na avaliação educacional de uma forma qualitativa é possível e amplia consideravelmente o próprio trabalho em loco dos gestores e demais profissionais, como as ações e falas dos sujeitos vem indicando.

Outra questão positiva é que por meio desse Sistema de Avaliação, a gestão democrática é possível e central, considerando que as ações avaliativas mostram-se impactantes no diálogo entre sujeitos.

NOTAS

¹ Essa pesquisa foi realizada no desenvolvimento do “Estudo Exploratório”, realizado em todas as 52 Unidades de Ensino Fundamental da rede municipal de Educação de Vitória. Essa ação será apresentada detalhadamente numa próxima ocasião, tendo em vista que este primeiro relato de experiência do Sistema prevê o detalhamento de suas concepções, processos de legitimação e áreas de atuação.

² Segmentos representados: magistério das instituições escolares da rede pública municipal de ensino, pais de alunos da rede pública municipal de ensino, instituições de educação infantil da rede privada de ensino, magistério das instituições de educação infantil da rede privada de ensino, estudantes da rede pública municipal de ensino, comunidade de Vitória, Secretaria de Educação de Vitória, comunidade científica, servidores das instituições escolares da rede pública municipal de ensino, Conselho Tutelar, fórum de diretores da rede pública municipal de ensino.

³ Os nomes das escolas citadas são fictícios, a fim de preservá-las, de acordo com a proposta do SAEMV.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERNANDES, Reynaldo. **Índice de desenvolvimento da educação básica**. – Série Documental. Brasília: INEP, 2007.

FREITAS, Luiz C. et al. **Avaliação educacional: caminhando pela contramão**. Petrópolis: Vozes, 2009.

INEP. **Consulta ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica Ideb**. Disponível em: <http://Ideb.inep.gov.br/Site>. Acesso em 15 set. 2009.

VITÓRIA. Espírito Santo. **LEI Nº 11.096, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010**. Institui o Sistema de Avaliação da Educação Pública Municipal de Vitória – SAEMV e dá outras providências. Vitória, 2010.